

Das associações entre bem-estar, animal e produção: o caso da carne bovina¹

Graciela Froehlich (UnB/DF)

Palavras-chave: Bovinocultura; Bem-estar animal; Relações entre humanos e animais.

A industrialização da pecuária, caracterizada pela “alta densidade de concentração de animais e/ou pelo confinamento, pelas taxas de crescimento forçado, alta mecanização e baixos níveis de emprego” (WSPA, 2007: 13) tem suscitado fortes críticas aos métodos empregados na produção de carne. As consequências desse modelo produtivo afetam o bem-estar tanto dos animais quanto dos humanos, e é crescente a associação da atividade pecuária ao agravamento da crise climática.

A cadeia produtiva da carne, em resposta às críticas colocadas por movimentos ambientalistas e de defesa dos direitos dos animais, tratou de incorporar mecanismos de mitigação em sua atividade produtiva por meio de certificações de origem e qualidade dos seus produtos (no caso aqui analisado, da carne bovina). Um objetivo de selos como esses é informar o consumidor de que as relações entre humanos e animais nas fazendas e abatedouros são positivas e respeitam as necessidades básicas do gado de corte. Tais certificações configuram o ponto de partida para as análises que desenvolvi em minha tese de doutorado e que apresentarei aqui de forma sintética. Na base dessas reflexões encontra-se a pesquisa de campo realizada em fazendas de criação de gado de corte possuidoras de certificações de boas práticas pecuárias. Manuais de bem-estar animal, livros, palestras e artigos científicos sobre o tema assim como publicações de divulgação de medidas de bem-estar animal também foram fontes analisadas.

Partindo da definição do social como “um movimento peculiar de reassociação e reagregação” (Latour, 2012: 25), o esforço realizado nesta pesquisa consistiu em “seguir os selos” e rastrear as conexões por eles sugeridas. Inspirada em Latour (2012), entendi que seria necessário conectar o bem-estar animal aos demais agentes heterogêneos com os quais ele se relaciona. Nesse espírito, o artigo reúne debates sobre os direitos dos animais e a crise climática, a criação de gado de corte e o cotidiano de trabalho nas fazendas, a definição de conceitos científicos de bem-estar animal e a criação de um

¹Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

mercado consumidor para a carne certificada. Dada a complexidade e a miríade de relações nas quais uma categoria como a de bem-estar animal se insere, “a última coisa a fazer seria limitar de antemão a forma, o tamanho, a heterogeneidade e a combinação de associações” (Latour, 2012: 31). O presente texto é fruto do trânsito entre diferentes agentes e diferentes escalas nas quais o “bem-estar animal” é pesquisado, defendido, regulamentado, implantado, enfim, experimentado.

As certificações objeto de análise neste trabalho são duas: o selo *Rainforest Alliance Certified™* (RAC™), conferido pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) e o certificado de Boas Práticas Agropecuárias (BPA), concedido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O selo RAC™ “diferencia as propriedades rurais que adotam boas práticas sociais, ambientais e de produção agropecuária, em suas atividades. Entre elas, estão a conservação dos recursos naturais e ecossistemas, a contribuição para o bem-estar da comunidade e o respeito ao trabalhador” (Imaflora, 2015: 20). O Programa Boas Práticas Agropecuárias (BPA) – Bovinos de Corte, é definido como “um conjunto de normas e de procedimentos a serem observados pelos produtores rurais, que além de tornar os sistemas de produção mais rentáveis e competitivos, asseguram também a oferta de alimentos seguros, oriundos de sistemas de produção sustentáveis”².

Tanto na certificação RAC™ quanto no BPA o respeito ao bem-estar animal figura como uma das exigências a serem cumpridas pelas propriedades rurais que desejarem rotular os seus produtos. O selo RAC™ define o bem-estar animal da seguinte forma: “tudo o que for relativo ao conforto animal além da mera ausência de doença, para o completo estado de bem-estar físico. Considera o estado do corpo e mente de um animal e como reage ao ambiente, levando em consideração seu conforto, alojamento, tratamento, cuidado, nutrição, prevenção de doenças, cuidado responsável, manejo e eutanásia humanitária, quando necessário” (Imaflora, 2010: 77). No BPA, por sua vez, o “bem-estar animal” é definido a partir dos princípios regulamentados pela Organização Internacional de Saúde Animal (OIE), que visa “garantir condições que evitem fome, sede e desnutrição; garantir condições que evitem medo e angústia; garantir condições que evitem desconforto físico e térmico; garantir condições que evitem dor, injúrias e doenças; garantir condições que permitam as expressões normais de comportamento”

²Disponível em <http://cloud.cnpgc.embrapa.br/bpa/>. Acesso em 18 de maio de 2016.

(BPA, 2011: 37).

Ambas as certificações denominam-se socioambientais e nesse escopo estão incluídas normas que visam a proteção de ecossistemas e da biodiversidade, os direitos dos trabalhadores e o bem-estar dos animais. Sob a rubrica de “sustentabilidade” os selos incorporam também a “sustentabilidade corporativa”, ou seja, a manutenção e o desenvolvimento das propriedades rurais e de suas atividades econômicas. Nesse sentido, as certificações participam do chamado “capitalismo sustentável” ou “verde” (D’Almeida, 2012; Sordi, 2013a), caracterizado pela incorporação da crítica ambientalista através de mecanismos paliativos e sua readequação em novos produtos disponibilizados no mercado.

Seguindo os selos, busquei as fazendas de produção de gado de corte nas quais os protocolos são aplicados e os produtos reconhecidos pela certificação. As Fazendas Beira Alta³, no Mato Grosso, são chanceladas pelo selo *Rainforest Alliance Certified*TM e são formadas por quatro unidades dedicadas à pecuária de ciclo completo, ou seja, realizam a cria, a cria e a engorda do gado. Durante a minha pesquisa de campo permaneci na unidade Beatriz em Tangará da Serra (MT), onde a engorda dos animais é realizada em regime de confinamento. Outras duas unidades adjacentes dedicam-se à cria, onde vivem os bovinos no período entre a desmama e a engorda. A unidade em que ficam as vacas matrizes, os touros e onde nascem os bezerros localiza-se em Juruena, distante 700 km de Tangará da Serra.

A Fazenda Casa Verde, é certificada pelo Programa de Boas Práticas Agropecuárias (BPA) da Embrapa e localiza-se no município de Campestre da Serra, no Rio Grande do Sul. Ela integra a Associação dos Produtores Rurais dos Campos de Cima da Serra (Aproccima), que reúne produtores da região serrana com a finalidade de fortalecer a cadeia local de produção de carne bovina e ovina, além de fomentar o turismo rural nas propriedades associadas. A Fazenda Casa Verde, diferentemente das Fazendas Beira Alta, volta a sua produção para o mercado local. A escala produtiva também é menor e durante minha pesquisa de campo a fazenda criava cerca de 2 mil animais, ao passo que nas fazendas Beira Alta mais de 30 mil animais são enviados anualmente ao frigorífico.

³Utilizo nomes fictícios para as fazendas e para os interlocutores desta pesquisa.

1. A pecuária, o Antropoceno e os direitos dos animais

O modelo de produção e consumo capitalista está na base das críticas de um conjunto de reflexões em torno do advento de uma nova era geológica, o Antropoceno. O termo foi proposto pela primeira vez pelo químico atmosférico Paul J. Crutzen em uma pequena publicação em parceria com o especialista em ciência marinha Eugene F. Stoermer, *The Anthropocene*, publicado no boletim informativo do IGBP (Crutzen e Stoermer, 2000).

No contexto do Antropoceno, o historiador Dipesh Chakrabarty, autor de “*The Climate of History: four theses*” (2009), sentencia que o humano deixou de ser “apenas” sujeito histórico para se tornar uma força geológica, a mais poderosa entre elas. Geologia (natureza) e História (cultura) têm suas fronteiras borradas pelo advento do Antropoceno. Para o autor, a distinção humanista entre uma história natural e uma história humana perde o sentido pelas explicações antropogênicas da mudança. As histórias humanistas da modernidade/globalização também sofrem um abalo causado pelo conceito de Antropoceno. Parte importante dessa história está preocupada com a libertação do humano, seja de sua dominação por outros humanos, seja em relação às forças naturais que o ameaçam. Tal libertação, da forma como se deu, é dependente do consumo desenfreado de grandes quantidades de energia mas, de acordo com Chakrabarty, “*in no discussion of freedom in the period since the Enlightenment was there ever any awareness of the geological agency that human beings were acquiring at the same time as and through processes closely linked to their acquisition of freedom*” (2009: 208).

Do ponto de vista fornecido pelos estudos sobre o Antropoceno, a pecuária é considerada uma das atividades que exerce maior influência no agravamento da crise climática e ambiental. A ela são reputadas consequências tais como o desmatamento, a poluição de rios e mananciais, a liberação de gases de efeito estufa e a perda ou a redução da biodiversidade. Por meio das certificações, os pecuaristas buscam reverter tal imagem negativa e demonstrar que altos índices de produtividade podem ser alcançados por meio de uma aliança com a preservação do meio ambiente.

Conforme Bruno, administrador das Fazendas Casa Verde (RS) é preciso usar racionalmente o espaço disponível para a agropecuária, e os confinamentos são uma boa

saída para a economia de espaço quando pensada em relação às áreas de pastagem:

Que hoje, principalmente na produção animal, os sistemas vão ser cada vez mais intensivos e terminação estabelecida ou assim, sem espaço para os animais. Quer dizer, na realidade, assim, a sociedade ela tá ocupando cada vez mais espaço e reduzindo os outros espaços, né. O espaço para produzir alimento, tanto a agricultura como a pecuária, ahhh, até mesmo da vida silvestre, né. E então o sistema de produção de gado confinado, por exemplo, é um sistema que ele vai cada vez mais crescer (Entrevista com Bruno, 06/04/2015).

Em confinamento torna-se também possível aumentar a eficiência do gado de corte por meio de um controle preciso de sua dieta e de uma observância mais próxima das suas condições de saúde. Na opinião do pecuarista, um animal eficiente é também mais sustentável em termos ambientais. Esta é também a constatação do Programa de Boas Práticas Agropecuárias (BPA) ao afirmar que a adesão ao protocolo “contribui para a redução da emissão dos gases de efeito estufa (GEE), mediante a redução da idade de abate, qualidade das pastagens e práticas conservacionistas”⁴. A eficiência para a indústria de gado de corte diz respeito à equação engorda/tempo: quanto maior o ganho de peso em determinado período, maior é a eficiência de um boi. Equacionando eficiência zootécnica com sustentabilidade, Bruno resumiu seu argumento da seguinte maneira:

“por essa questão do efeito estufa, né que fala nos animais. Tu conheces bem, a taxa de, a mitigação do efeito estufa do sequestro de carbono. Se um animal, pra diminuir isso aí tu tem que intensificar o sistema. Então se um animal está pronto com um ano de idade, e com um determinado peso, tá, e tu tem outro animal que termina com dois anos de idade, portanto o dobro, tá, com o mesmo peso. Qual o animal mais eficiente o qual o animal que causou menos dano ambiental? Eu: O primeiro? B: Então, esse é o sistema.” (Entrevista com Bruno, 06/04/2015).

Os defensores da libertação animal, que advogam pelo fim de qualquer uso humano dos animais, criticam essa abordagem. Para eles, não é possível defender os animais ou o meio ambiente com medidas de bem-estar. A criação de gado para a alimentação humana, sobretudo em regimes de confinamento, é considerada uma das atividades mais antropocêntricas e cruéis praticadas contra os animais. Os danos ambientais causados pela indústria da carne são tema recorrente no universo vegetariano

⁴Conforme o panfleto de divulgação do programa disponível em: http://cloud.cnpqg.embrapa.br/bpa/files/2013/02/Folder_BPA_institucional_08022011.pdf. Acesso em 18 de maio de 2016.

e vegano⁵ ainda que sua abordagem difira daquela evocada por movimentos ambientalistas⁶. A Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB) sistematizou informações sobre a questão ambiental ligada ao consumo de alimentos de origem na publicação “Impactos sobre o meio ambiente do uso de animais para alimentação” (s/d). Segundo esta, no Brasil, um quilo de carne bovina é responsável, em média, pelo desmatamento de 10 mil metros quadrados de floresta e sua produção gasta em torno de 15 mil litros de água doce limpa. Além do desmatamento e do desperdício de água, o despejo de metais pesados provenientes de fertilizantes e defensivos agrícolas no solo e a contaminação dos lençóis freáticos por esses metais além de antibióticos, hormônios, vacinas – liberados no solo pela urina e pelas fezes dos animais – são outros agentes que entram no cálculo dos custos ambientais oriundos da pecuária.

Na ótica abolicionista os bem-estaristas estão longe de humanizar a relação dos humanos com os animais, pois na medida em que persistem a dominação e o uso dos animais, sob quaisquer roupagens, os animais seguem sendo subjugados e, portanto, permanecem moralmente distantes dos humanos. A referência ao humano/humanismo é o que chama atenção especial nessas disputas. Segundo Cary Wolfe (2009), uma das características do humanismo (liberal), é uma tendência a um tipo de pluralismo que amplia a esfera de atenção para grupos minoritários anteriormente excluídos, sem questionar o conceito de humano que subjaz nesse próprio pluralismo:

Just because we direct our attention to the study of nonhuman animals, and even if we do so with the aim of exposing how they have been misunderstood and exploited, that does not mean that we are not continuing to be humanist—and therefore, by definition, anthropocentric (Wolfe, 2009: 99).

A centralidade do humano, que aparece nas discussões do Antropoceno figurando como causa mas também como solução (entre os mais otimistas) para a crise climática, se repete na perspectiva do capitalismo verde ao qual as práticas sustentáveis

5O vegetarianismo é, em linhas gerais, um regime alimentar que exclui todos os tipos de carnes. O vegetarianismo é, muitas vezes, o primeiro passo para o veganismo. Este, também chamado de vegetarianismo estrito, exclui quaisquer produtos de origem animal (incluindo leite e ovos), não apenas na dieta, mas nas formas de couro, medicamentos e cosméticos testados em animais. Como argumenta Ferrigno (2012), o veganismo é também uma postura política, na medida em que se associa com a luta abolicionista animal e também com as bandeiras do feminismo e da luta anti-racista.

6Os interlocutores abolicionistas da pesquisa de Sordi (2011), afirmam existir um conflito de prioridades em relação aos movimentos ambientalistas. Estes, para os abolicionistas, centrariam suas forças em entidades abstratas, como “meio ambiente” e “ecossistema”, relegando o animal e seu sofrimento para um segundo plano, ou mesmo não abordando a questão.

das certificações se filiam. Na perspectiva adotada por ambas as certificações, tanto o meio ambiente quanto os animais são abordados como recursos. Nesse sentido, tornam-se artigos de gerenciamento que podem ser melhor administrados e cuja produtividade pode ser incrementada com práticas sustentáveis e de bem-estar, mas não a despeito delas.

2. O bem-estar nas fazendas

Nas fazendas de gado de corte que adotam os protocolos, as medidas de bem-estar animal incluem a instalação de novos equipamentos, tais como os currais anti-estresse e as bandeiras de manejo, além do treinamento dos trabalhadores para o uso das novas tecnologias e em prol do emprego de técnicas racionais de manejo do gado.

As bandeiras de manejo foram introduzidas nas fazendas a partir dos cursos de capacitação em bem-estar animal realizados em função das exigências das certificações para as empresas. As “bandeirinhas”, como são chamadas pelos vaqueiros e campeiros, são ferramentas de trabalho introduzidas nas fazendas com o objetivo de diminuir o uso da força física no manejo do gado. Elas substituíram o choque⁷ e o aguilhão, ferramentas de uso comum na condução dos animais nos trabalhos de curral e ainda muito comuns na pecuária de corte brasileira. O choque, como o nome sugere, consiste em uma haste que desfere uma descarga elétrica em sua extremidade ao ser pressionado contra o corpo dos animais. Com o choque os bois são forçados a andar na direção desejada por aquele que usa a ferramenta. O aguilhão, por sua vez, utiliza uma extremidade pontiaguda que espeta o corpo do animal com o mesmo objetivo, forçar a movimentação do gado.

As bandeirinhas têm por objetivo não apenas um manejo não agressivo do gado, mas também dar maior segurança aos vaqueiros. Elas funcionam como uma extensão do corpo e por meio delas, os manejadores podem manter maior distância dos animais, dispondo de uma área maior para a realização dos movimentos (Paranhos da Costa et al, 2008). Ao serem agitadas próximo a cabeça dos bovinos, os impele a andar para a frente. Ao serem posicionadas em sua face, o objetivo é deter a sua caminhada.

Seu Valdemar, vaqueiro nas fazendas Beira Alta (MT) conta que “antigamente que não tinha bem-estar animal, né, o negócio era tudo diferente, igual falei pr’ocê. O

⁷O choque ainda é presença marcante nos caminhões e carretas para o transporte de gado bovino.

boi dava a cara lá, já entrava lá com porrete lá, já metia o pau pra riba, já capeava, entendeu” (Entrevista com Valdemar, 11/07/2014). “Capear” consiste em balançar uma capa ou um pedaço de pano para ativar o boi, de forma semelhante ao que acontece em uma tourada. Fazia-se isso para cansar o animal, mas também como forma de demonstrar força e coragem. Perguntei se essa prática não trazia riscos para os vaqueiros, ao que Valdemar respondeu: “Mas era assim, se o cara não fazia isso não era bom, não era peão” (Entrevista com Valdemar, 11/07/2014).

A lida cotidiana com o gado é descrita pelos trabalhadores em termos de resistência e de cooperação. Nesse entendimento, se há animais “bons de tronco”, assim qualificados aqueles que atendem às instruções de vaqueiros e campeiros, há animais “ruins de tronco”, ou seja, aqueles que resistem, se negam e ocasionalmente se insurgem nas lidas de campo e nos trabalhos de curral. Os bois ruins de tronco apresentam dois comportamentos distintos. Os bois que empacam e se recusam a andar pelos corredores do curral ou a seguir a tropa quando o gado é movimentado pelas pastagens e pelo confinamento, são chamados de amuados e preguiçosos: é o boi “lerdão”. Outros animais, por sua vez, investem contra os vaqueiros e campeiros, pulam cercas e quebram porteiras e são chamados de “brabeza”, “locão”, “doidão”. Partindo-se da etnoclassificação dos vaqueiros das Fazendas Beira Alta, no Mato Grosso e dos campeiros da Fazenda Casa Verde, no Rio Grande do Sul, o gado de origem zebuína é, de modo geral, mais arisco e de temperamento mais intempestivo do que o gado de origem taurina (europeia), mais lento e manso do que os espécimes de origem zebu.

Mas essas características não são determinantes do comportamento que os indivíduos apresentarão nas lidas da fazenda, pois a atuação de vaqueiros e campeiros tem influência direta no temperamento do gado, como afirma Gabriel, vaqueiro nas fazendas Beira Alta (MT) “Aí se o cara for doido, aí vai deixar o animal mais doido, né.” (Entrevista com Gabriel, em 12/05/2015). Emílio, também vaqueiro no Mato Grosso, é da mesma opinião: “se você gritar com ele [com o boi], se você mexer com ele na loucura, ele também é louco. Se você mexe com ele na calma, ele é calmo” (Entrevista com Emílio, 09/05/2015).

As medidas de bem-estar animal nas fazendas pretendem substituir o uso de técnicas violentas para lidar com a resistência desses animais “amuados” e “doidões”. Açoites com o laço ou com pedaços de madeira também são proibidos, embora sejam

utilizados como último recurso para que as tarefas de vacinação, embarque e cadastramento sejam cumpridas. Como narram os vaqueiros, o uso da força para trabalhar o gado foi drasticamente reduzido após a implantação das medidas de bem-estar animal nas fazendas, o que resultou também na redução dos acidentes de trabalho entre eles. Nesse sentido, a “lida bruta” cede lugar a uma “lida gentil” com o gado, na qual o uso da força é substituído pelo “jeito”, por técnicas que consistem em “lograr” os bovinos para que eles cooperem com o trabalho. Segundo Felipe, capataz nas fazendas Beira Alta (MT), é preciso lançar mão mais do jeito do que da força e o vaqueiro deve ser esperto para saber *lograr* o animal:

Ó, ele [o boi] tá aqui, ele não quer entrar, cê joga um lote no meio dele, muda de posição, que vai dar certo. Agora, cê não pode é teimar com ele. E o vaqueiro antigo, no tradicional, ele não aceitava mudança. O boi não quer, tem que ir. E aí que ele ia na parte bruta. Agora, no antigo, no tradicional, cê não logra. Cê vai, ele vai por bem ou por mal. Não quer ir? Cacete nele (Entrevista com Felipe, 08/05/2015).

No cotidiano de trabalho com os bovinos essas instruções são incorporadas aos conhecimentos prévios de vaqueiros e campeiros e não foi sem resistência que as práticas foram introduzidas nas fazendas. De acordo com os vaqueiros, a introdução de práticas de bem-estar animal na Fazenda Beira Alta (MT) não foi pacífica e alguns trabalhadores resistiram às novas medidas. Houve mesmo demissões por incompatibilidades com o novo método de trabalho. Como diz Felipe, “antes do bem-estar era tudo na doidura, na pancada mesmo”. Ele próprio via com ceticismo a introdução das bandeiras de manejo e previa atrasos no trabalho em função da impossibilidade de se bater e gritar com os animais. Porém, com o passar do tempo, o capataz se convenceu de que aquela era a melhor forma de se lidar com o gado, por não oferecer riscos ao peão e tampouco machucar o animal e sua carne. Os trabalhadores do gado atentam para o fato de que o bem-estar de humanos e de animais é interdependente: longas jornadas de trabalho, poucos períodos de descanso e a crescente pressão por produtividade reduz a qualidade de vida de ambos.

A assimetria humano-animal é uma característica das relações às quais a categoria de bem-estar animal faz referência. Essa assimetria não implica em uma completa passividade dos animais em suas relações com os humanos. No cotidiano de trabalho nas fazendas, os bois resistem e enfrentam os humanos em suas tentativas de

fazê-los cooperar. As medidas de bem-estar animal podem ser assim descritas como um conjunto de conhecimentos e práticas que visa tornar essas relações assimétricas menos cruéis e dolorosas e não menos lucrativas.

Os treinamentos voltados aos trabalhadores das fazendas, ministrados por zootecnistas e/ou veterinários enfatiza a necessidade de “se conhecer o boi para melhor trabalhar com ele”. Esse conhecimento, entretanto, não é aquele dos vaqueiros e campeiros, oriundo das lidas cotidianas com o gado. São os estudos de etologia, veterinária e zootecnia que definem os comportamentos do gado e são eles que devem embasar o manejo dos bovinos. O adjetivo “racional” que recebe esse tipo de manejo baseia-se assim em conhecimentos científicos que pretendem suprimir o uso da força nas interações com os animais de produção.

3. A ciência do bem-estar animal

O relatório do Comitê Brambell, publicado em 1965 na Inglaterra é considerado o primeiro esforço para definir o termo e buscar parâmetros de mensuração para o bem-estar animal (Paixão, 2005; Fraser, 2012). O relatório também forneceu uma agenda para os estudos científicos sobre bem-estar animal (Fraser, 2012) e lançou as bases para a definição das “5 Liberdades” dos animais, amplamente utilizadas nas legislações e nas políticas públicas voltadas para o tema (Paixão, 2005).

Bem-estar animal é, no entendimento do relatório, um termo amplo que diz respeito tanto às condições físicas quanto mentais dos animais. À época – e em diferentes contextos ainda hoje – o bem-estar dos animais estava relacionado somente a índices de produtividade, tais como o ganho de peso dos bois e a taxa de postura de ovos das galinhas poedeiras: se as galinhas estivessem colocando ovos em grande quantidade, os bois engordando diariamente e as porcas matrizes fazendo nascer muitos filhotes, esses animais estariam em condições de bem-estar. Mas o relatório apontou que, por vezes, um crescimento acelerado é antes o sintoma de alguma disfunção no organismo do que um sinal de saúde e bem-estar dos animais.

A natureza desses animais é definida por sua capacidade de produzir, seja carne, leite, ovos ou couro. As condições extremas impostas pela intensificação dos métodos produtivos podem levar ao declínio nos índices de rendimento ou ainda à exaustão dos corpos animais, que assim deixam de atender ao próprio sentido de sua existência. A

proposta contida no relatório do Comitê Brambell e os desenvolvimentos posteriores da ciência do bem-estar animal não rompem com essa abordagem, mas alteram os parâmetros com os quais a natureza produtiva pode ser mensurada.

Recuperando os princípios do relatório Brambell, o *Farm Animal Welfare Council* (FAWC) lançou em 1993 a definição de bem-estar animal como o respeito às 5 Liberdades, a saber, os animais devem estar livres de fome e de sede; livres de desconforto; livres de dor, de maus-tratos e de doenças; livres para expressar seu comportamento natural e livres de medo e de tristeza.

No sentido proposto pelo conceito das “5 Liberdades”, um boi que passa sua vida comendo capim em uma pastagem extensa não tem necessariamente suas liberdades respeitadas, apesar de desfrutar de um maior espaço maior de locomoção do que seus congêneres criados em regime de confinamento. Se ele estiver doente e não receber o tratamento adequado, por exemplo, sua liberdade em relação à “dor e desconforto” não foi atendida pelos seus responsáveis, ainda que disponha de maior espaço para “expressar seu comportamento natural”⁸, outra de suas liberdades. As liberdades dos animais devem ser respeitadas independentemente do ambiente em que estes se encontram, pois elas têm relação direta com determinadas necessidades biológicas, porém humanamente imputadas, como comer e beber, mas também não sofrer com o medo e a tristeza.

A liberdade não é aqui uma propriedade intrínseca da vida animal, e não se confunde com autonomia, plenitude ou livre arbítrio. No sentido proposto pelo comitê Brambell, liberdade refere-se à locomoção e à execução de determinados comportamentos classificados como naturais. Nos desdobramentos do FAWC, as liberdades referem-se a satisfação de necessidades biologizadas em termos de fome, sede e dor, e também subjetivadas em medo, tristeza e desconforto. Em ambos os sentidos, liberdade é algo a ser concedido aos animais pelos humanos atendendo às necessidades específicas igualmente atribuídas pelos humanos. A articulação entre necessidades e liberdades no âmbito do bem-estar animal também não perde de vista o estatuto de “animais de produção” de que participam bois, vacas, porcos e galinhas:

⁸São os estudos de etologia que definem os comportamentos naturais que devem ser respeitados e favorecidos pelas medidas de bem-estar animal. Particularidades das espécies mobilizam técnicas diferenciadas no intuito de favorecer a expressão deste “comportamento natural” e evitar o uso da força no trabalho com os animais.

animais saudáveis e felizes são também mais produtivos e eficientes.

A ciência do bem-estar animal, desde as premissas desenvolvidas no relatório do Comitê Brambell, tem se devotado à definição do conceito e ao estabelecimento de indicadores de mensuração do sofrimento dos animais. Suas análises estão concentradas em definir medidas pontuais que possam proporcionar maior conforto aos animais de produção, sem com isso questionar o seu estatuto e o próprio sistema no qual os animais estão inseridos. Determinadas práticas como a castração e o corte dos chifres não são proibidas na esfera do bem-estar animal, mas devem ser realizadas mediante cuidados paliativos para minimizar a dor resultante desses procedimentos.

Ao período de pré-abate – período compreendido entre a saída dos animais das fazendas, passado por sua chegada e recepção nos frigoríficos e a sua sangria – é dada especial atenção nos estudos de bem-estar animal. Quanto ao gado de corte, os acidentes, as mudanças de rotina/ambiente e a superlotação são os fatores mais estressantes. A importância do indicador vem dos seus efeitos pós-morte, ou seja, das suas consequências prejudiciais à qualidade da carne: *“fear and pain are very strong causes of stress in livestock and stress affects the quality and value of meat from affected animals”* (Chambers and Grandin, 2001).

A inquietação, a agressividade e a fuga exemplificam comportamentos que manifestam estados de estresse no gado (Ludtke, 2012). O comportamento esperado dos bovinos é um comportamento sereno e quaisquer demonstrações bruscas de excitação são interpretadas como desviantes. Por isso também é indicado que o manejo seja executado pelos humanos de forma calma e tranquila, evitando-se agitar os animais.

Se, por um lado, o estresse é uma característica que pode ser percebida através do comportamento dos animais, ele também se manifesta na carne do animal abatido. Na indústria do gado de corte o estresse é um dos fatores considerados prejudiciais à qualidade da carcaça e do produto final carne. Industrialmente a carne de animais abatidos sob estresse é categorizada em DFD⁹ – escura, dura e seca – e PSE¹⁰ – pálida, flácida e exsudativa. Enquanto o estresse no momento do abate gera uma carne PSE (pela redução de Ph e alta temperatura muscular), os animais que sofrem estresse prolongado antes do abate – durante o transporte e o período de espera nos frigoríficos –

⁹Dark, firm, dry.

¹⁰Pale, soft, exudative. O processo de exsudação diz respeito à liberação de água na superfície da carne, dando-lhe uma aparência úmida.

geram, por sua vez, carnes DFD (pelo esgotamento das reservas de glicogênio e níveis elevados de Ph)¹¹. Kirk (2014), ao analisar o conceito de estresse, a ciência do bem-estar animal e a emergência da categoria de “animais estressados”, assevera que o conceito de estresse ampliou a compreensão sobre as capacidades experienciais dos animais, especialmente sua capacidade de sofrimento mental. Além disso, o estresse proporcionou uma linguagem científica capaz de capturar experiências subjetivas e etéreas que de outra forma só podiam ser representadas em linguajar comum.

A artificialidade dos ambientes em que são mantidos os animais de produção, como os confinamentos de gado de corte, são alvos das críticas mais incisivas ao modelo de produção intensivo. Na ciência do bem-estar animal, a reprodução exata de ambientes “naturais”, entretanto, não é considerada um fator obrigatoriamente positivo para o bem-estar dos animais. Na análise de Broom (2014), por exemplo, o ambiente ideal para os animais não requer uma reprodução exata de seu ambiente selvagem, mas deve atender suas necessidades biológicas. Para Fraser (2012) os ambientes naturais também não implicam necessariamente na melhoria das condições de vida dos animais. Qual seria o ambiente ideal para as modernas galinhas poedeiras que após décadas de seleção e melhoramento genético são hoje capazes de deslocar o cálcio dos próprios ossos para a casca dos ovos que produzem (Fraser, 2012)? Na ótica da ciência do bem-estar animal, os animais de produção não estão inscritos de todo na natureza: as inúmeras modificações genéticas e os séculos de convívio com os humanos os fez híbridos de natureza e cultura. A domesticação é abordada como um elemento a agregar complexidade para a vida humana e animal e é incorporada nas análises e avaliações de bem-estar.

Como aponta Porcher (2011) a “ideologia zootécnica” é o paradigma hegemônico que tem governado as relações entre humanos e animais no contexto agropecuário nos dois últimos séculos. A ética concebida por defensores de medidas de bem-estar animal prevê a necessidade de mudanças nas “práticas de uso” desses animais na medida em que reconhece neles certa “subjetividade”¹². Sordi (2013b) assinala como inovação desta “ideologia zootécnica” o reconhecimento de uma subjetividade dos

¹¹Informações contidas na publicação “Ciência da Carne”, da Embrapa. Disponível em: <http://www.cnpqc.embrapa.br/publicacoes/doc/doc77/03nocoescarne.html>. Acesso em 04 de junho 2016.

¹²Como se percebe através da ênfase colocada por Temple Grandin (2010) nas emoções e da proteção dos animais do medo e da tristeza, como defendido nas liberdades estabelecidas pelo relatório do Comitê Brambell (1965).

animais não percebida no contexto anterior. Essas novas composições parecem sugerir o advento de um “novo animal de produção”, que não estaria mais próximo a uma máquina ou a um objeto. O cálculo da indústria e das avaliações de bem-estar animal passaria a considerar o estresse, o sofrimento, as liberdades e as necessidades dos animais pensados como indivíduos. Indivíduos estes que necessitariam de uma boa qualidade de vida para gerar uma carne de alta qualidade: o animal é subjetivado em uma primeira instância no intuito de objetivá-lo de forma absoluta através de sua morte (Sordi, 2013b).

4. O bem-estar na carne bovina

No mercado da carne, as certificações de origem são apropriadas como mecanismos de diferenciação dos produtos. Elas são acionadas para distinguir e criar marcas de modo a fidelizar clientes e se diferenciar em um mercado de commodity. Nas Fazendas Beira Alta (MT) a certificação socioambiental é o principal mecanismo de diferenciação da carne originada dos seus animais. Nas fazendas Casa Verde (RS) essa diferenciação se dá amparada também na conformação racial dos animais, que têm origem europeia.

Os riscos associados ao consumo de carne bovina são diversos e os agentes vinculados a essa indústria buscam desenvolver mecanismos de modo a minimizar os impactos negativos de campanhas anti-carnívoras. Os “perigos” da carne envolvem o desenvolvimento de doenças como as cardiopatias e o aumento do colesterol, a contaminação por hormônios, medicamentos veterinários e rações de origem animal e também a degradação ambiental e o sofrimento dos animais. O programa BPA e o selo RAC™ configuram mecanismos para fomentar a confiança dos consumidores quanto à origem e os procedimentos sustentáveis e éticos empregados na criação do animal e na produção da carne finalizada pelos frigoríficos.

O mercado consumidor de carnes certificadas, apesar de ainda restrito, encontra-se em expansão, afirmou Tharic Galuchi, gerente de certificação do Imaflora, organização que concede o selo *Rainforest Alliance*. Pude conversar com Tharic em duas oportunidades, por telefone e via Skype, quando falamos a respeito do mercado consumidor e das maiores pressões em prol de práticas sustentáveis e de bem-estar animal. Em suas palavras, “não existe uma demanda de consumo já estabelecida para

carnes certificadas, ela vem sendo criada pela indústria”. Eduardo Trevisan, gerente de projetos do Imaflora, em entrevista concedida ao site Beefpoint sobre a certificação agrícola, afirma que “a aceitação dos consumidores é muito boa, hoje falta carne certificada no mercado. A demanda de consumidores principalmente da Europa é muito alta e o Brasil atualmente não tem conseguido atender a procura”(Trevisan, 2013)¹³.

O ativismo de organizações não-governamentais como o Greenpeace e o *People for the Ethical Treatment of Animals* (PETA) foi apontado por Tharic como decisivo para os questionamentos que vêm sendo dirigidos à indústria da carne. O Greenpeace no Brasil vem desde 2006 denunciando a pecuária como a principal causa do desmatamento da Amazônia. Naquele ano, a campanha consistiu em pressionar a rede de *fast food* McDonalds para que não adquirisse carne de propriedades rurais instaladas em áreas de proteção ambiental. Nos anos de 2009 e 2010, a campanha foi intitulada de “A Farra do Boi na Amazônia”, e noticiou a participação do governo federal brasileiro, por meio da concessão ilegal de licenças ambientais às propriedades rurais. Mais recentemente, em 2015, a mesma ONG lançou a campanha “Carne ao Molho Madeira”, cujo relatório demonstrou que a vasta maioria dos supermercados não consegue rastrear fidedignamente a origem da carne que está em suas gôndolas.

Estudos como o de Souza (2011) e Souza et al (2013), desenvolvidos na área de administração e consumo, confirmam a causalidade descrita por Tharic, e, como no título do artigo de Souza et al (2013) questionam: “respeitar os animais pode ser um bom negócio?”. Nesse trabalho, os autores asseveram que quando os consumidores são expostos às práticas industriais de produção de carne pode haver “redução de consumo e migração para substitutos” (Souza et al, 2013: 242). Para as empresas, no entanto, “esses achados podem ser vistos como uma oportunidade de antecipação a uma nova consciência crítica, trazida à tona pela economia da informação ou mesmo como uma oportunidade de atender aos anseios de grupos de consumidores mais preocupados com a ética e com a sustentabilidade” (idem).

Nessa abordagem, o bem-estar animal torna-se uma oportunidade de negócio, um nicho de mercado voltado para os chamados “consumidores conscientes”,

13A entrevista completa está disponível em: <http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/entrevistas/eduardo-trevisan-aceitacao-dos-consumidores-e-muito-boa-porem-falta-carne-certificada-no-mercado/>. Acesso em 03 de junho de 2016.

interessados na origem dos produtos que consomem e nos métodos empregados em sua produção. Como me informou Tharic, o consumidor europeu estaria mais preocupado do que o brasileiro com questões relacionadas à sustentabilidade ambiental e ao bem-estar animal, bem como com o respeito aos trabalhadores das fazendas de gado de corte.

O esforço que vem sendo feito por parte da certificadora em parceria com os frigoríficos e os pecuaristas está em associar o selo *Rainforest* a marcas de carne e assim produzir reconhecimento para fazendas e para os frigoríficos, uma vez que ambos precisam ser certificados para que o produto receba o selo. Segundo Trevisan, o maior esforço de divulgação da certificação dos produtos tem sido feito nos frigoríficos e nas associações de criadores de gado de corte (Trevisan, 2013). No atual estágio de difusão das práticas sustentáveis e de bem-estar animal, quando a certificadora pensa em consumidores ela está se referindo não ao consumidor final, aquele que compra a carne no supermercado, mas aos próprios supermercados, restaurantes, redes de *fast food* e fabricantes de artigos de couro que desejam oferecer uma linha de produtos caracterizados como sustentáveis. O gerente de Sustentabilidade da Marfrig Beef, Mathias Almeida, em reportagem da página institucional da empresa que destacava a produção de hambúrgueres com o selo *Rainforest*, afirma que “a principal diferença entre os produtos produzidos com a carne certificada e os demais não é percebida nas gôndolas, por isso ainda há um grande trabalho de divulgação a ser feito junto ao consumidor” (Trevisan, 2013)¹⁴.

Ao descrever as propriedades da carne certificada, Tharic argumentou que o valor de bem-estar animal e de sustentabilidade ambiental fundamenta-se na “crença”, pois se tratam de qualidades “intangíveis” transmitidas pelos rótulos e selos nas quais o consumidor precisa acreditar para, ao adquirir o produto, confiar que está contribuindo com práticas sustentáveis, com propriedades que respeitam os seus trabalhadores e os seus animais. No entanto, o gerente do Imaflora, a partir de pesquisas desenvolvidas pelo Carrefour, afirmou que no Brasil o consumo de carnes certificadas estava mais associado a uma percepção dos consumidores de que a carne certificada era de qualidade superior por suas propriedades intrínsecas, do que propriamente a sua ligação a práticas sustentáveis e de bem-estar animal. A partir dessa dupla constatação, a estratégia que vem sendo adotada pela indústria consiste em reputar às medidas de bem-

¹⁴Disponível em: <http://www.marfrig.com.br/pt/documentos?id=734>. Acesso em 03 de junho de 2016.

estar animal determinadas características físicas e sensoriais que elevam a qualidade da carne bovina.

A reportagem da revista Veja, “Refeição Exclusiva” de 25/05/2016, é ilustrativa desse expediente. A matéria aborda diferentes parcerias entre produtores rurais e *chefs* de cozinha por meio de um conceito chamado “*farm to table*”, que preza pela valorização de produtos locais e pelo compartilhamento de conhecimentos gastronômicos e agropecuários. Um dos exemplos trazidos pela revista celebra a parceria entre o *chef* de cozinha Alex Atala e o pecuarista Antônio Sechis, cujo trabalho é assim descrito:

“Sechis começou a criar bois no fim dos anos 80, quando o sogro deu a ele e à mulher um pedaço de terra. Aconselhado por Atala, procurou a Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), a fim de estudar em profundidade o que produzia. **Descobriu que o excelente tratamento que dispensava aos animais resultava em uma carne com boa composição de ácidos graxos (gordura) insaturados. Comparados aos ácidos graxos saturados, os insaturados são bem mais saudáveis, com menos colesterol, e têm um ponto de fusão menor.** Na prática, isso significa que, no organismo humano, o processo de digestão é mais leve e agradável. Sechis costuma brincar que suas fazendas são como spas para o boi. Os animais bebem água de ótima qualidade, rica em minerais; têm dieta balanceada e passam os derradeiros dias em ambientes com sistema de nebulização para o controle da temperatura – e ouvindo música clássica” (Alegreti, 2016 grifos meus)

Como se percebe, o tratamento positivo dos animais é identificado na qualidade superior da carne, mais saudável e aprazível ao paladar. O papel reportado à universidade confere legitimidade tanto ao pecuarista quanto ao cozinheiro. A perspectiva apresentada pela reportagem se assemelha à abordagem da Aproccima, associação da qual a Fazenda Casa Verde (RS) é integrante, e que foi assim expressa por Bruno:

E aí a gente percebe que o bem-estar animal, ele faz parte do processo produtivo. Então, é uma boa alimentação, é um bom manejo, é o conhecimento disso aí tudo, né. E aquilo que é as cinco liberdades, né. Ali tu tem um animal que expressa o potencial produtivo dele. E isso a gente faz pra ter um produto diferenciado, pra ter um cliente fidelizado, mas também faz no sentido de ter um processo eficiente economicamente também, né (Entrevista com Bruno, 06/04/2015).

Na perspectiva do pecuarista, o bem-estar animal transforma-se num elo a conectar toda a cadeia produtiva da carne, desde o produtor rural até o consumidor. A conexão estabelecida entre o bem-estar animal e a qualidade do produto final carne segue a relação mencionada anteriormente e instituída nos frigoríficos entre o bem-estar animal e a qualidade das carcaças. O bom manejo do gado no frigorífico e o abate conduzido sob métodos humanitários reduz o índice de hematomas e também o estresse dos animais, considerado fator determinante na produção de carnes DFD (escura, dura e seca) e PSE (pálida, flácida e exsudativa).

Tharic, ao refletir sobre o mercado da carne no Brasil, argumentou que “o bem-estar animal precisa dar algum sabor na carne”, pois o mercado de crença a ele relacionado ainda é bastante incipiente. Na medida em que o bem-estar animal se torna uma propriedade intrínseca da carne, algo que o consumidor pode sentir pelo paladar, o produto tem maiores chances de aceitação no mercado.

Na primeira acepção da palavra crença, definida por Tharic enquanto um valor intangível, o termo significa algo que não pode ser comprovado empiricamente pelo consumidor. No segundo sentido, a crença ao ser incorporada à carne lhe confere uma nova substância que o comprador pode atestar em sua experiência. Não se trata aqui de denunciar a construção da crença na primeira acepção, como se o selo apenas “representasse” o bem-estar animal. Tampouco se trata de afirmar que o bem-estar animal torna-se real ao se apresentar materialmente na carne na forma de ácidos graxos e sabor aprazível. Em ambos os casos, o bem-estar animal é um efeito das relações que constituíram o produto carne desde a fazenda, passando pelas ciências, pelas certificadoras, pelos frigoríficos e pelos supermercados. Ele está na carne por diferenciá-la de carnes convencionais nas gôndolas dos supermercados, mas também por resultar de um trabalho complexo que envolve a atuação de inúmeros mediadores, os quais procurei descrever sinteticamente neste trabalho.

As relações entre humanos e animais balizadas por conceitos de bem-estar ultrapassam os limites das fazendas, onde vive o gado de corte e seus trabalhadores. A associação entre a dimensão econômica da pecuária e as avaliações de bem-estar produz animais “felizes” e “produtivos”, que sentem como sujeitos e produzem como máquinas. Ao ser incorporado na carne, o bem-estar animal confere reconhecimento às

propriedades rurais e diferenciação dos seus produtos no mercado: o bem-estar animal se revela tanto na carne-vida dos bovinos nas fazendas, quanto na carne-produto dos supermercados.

Referências Bibliográficas

ALEGRETTI, Fernanda. 2016. Refeição exclusiva: a customização de alimentos, de origem animal e vegetal, é a receita cada vez mais presente no cardápio do que há de mais inovador na gastronomia. *Veja Mobile*. Ano 49, Ed. 2479, N. 21. 25 de maio de 2016.

BPA. 2011. *Boas Práticas Agropecuárias – Bovinos de Corte*. Manual de Orientações. Embrapa Bovinos de Corte: Campo Grande, MS.

CHAKRABARTY, Dipesh. 2009. The climate of history: four theses. *Critical Inquiry*, 35: 97-222.

CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. 2000. *The Anthropocene*. IGBP [International Geosphere-Biosphere Programme] Newsletter, n. 41.

D'ALMEIDA, Carolina A. 2012. *Exploração ecologicamente correta?! Reflexões sobre as políticas bem estaristas do capitalismo verde*. In: III Encontro Internacional de Ciências Sociais – Crise e Emergência de Novas Dinâmicas Sociais. Pelotas: II Encontro Internacional de Ciências Sociais – As Ciências Sociais e os Desafios do séc. XXI. Pelotas: Ed. Universitária UFPel, v. 3.

FERRIGNO, Mayra Vergotti. 2012. *Veganismo e Libertação animal: um estudo etnográfico*. 294f. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp.

FRASER, David. 2012. *Compreendendo o bem-estar animal: a ciência no seu contexto cultural*. Londrina: Eduel.

IMAFLORA. 2010. *Normas para Sistemas Sustentáveis de Produção Pecuária*. Rede de Agricultura Sustentável (RAS). Disponível em: http://www.imaflora.org/downloads/biblioteca/normaRAS_pecuaria_2011.pdf. Último acesso em 04 de junho de 2016.

_____. 2015. *Relatório Anual 2014*. Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola. Piracicaba, SP. Disponível em: http://www.imaflora.org/downloads/biblioteca/559d27c30b2a3_relatrio_2015_aprovado.pdf. Último acesso em 04 de junho de 2016.

LATOURE, Bruno. 2012. *Reagregando o Social: uma introdução à teoria ator-rede*. Salvador, Bauru: EDUFBA, EDUSC.

PARANHOS DA COSTA, M.; SPIRONELLI, A. L. G.; QUINTILIANO, M. H. 2008. *Boas Práticas de Manejo: Embarque*. Jaboticabal: Funep.

PAIXÃO, Rita Leal. 2005. É possível garantir bem-estar aos animais de produção? *Revista CFMV*. 36: 66-73.

PORCHER, Jocelyne. 2011. *Vivre avec les animaux. Une utopie pour le XXI^e siècle*. Paris: La Découverte/Poche.

SORDI, Caetano. 2011. *O animal como próximo*. Caderno IHU Ideias. São Leopoldo: Unisinos.

_____. 2013a. *De carcaças e máquinas de quatro estômagos*. Estudo de controvérsias sobre o consumo e a produção de carne no Brasil. 151f. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS.

_____. 2013b. *Os animais de produção, novos corpos-que-sofrem: morte, sofrimento e a profissionalização do bem-estar no contexto da pecuária de corte brasileira*. In: V Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia (APA) - Antropologia em Contraponto, 2013, Vila Real (Portugal). Programa – V Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia (APA) - Antropologia em Contraponto.

SOUZA, Maria Cecília Galli; CASOTTI, Letícia Moreira; LEMME, Celso Funcia. 2013. Consumo consciente como determinante da sustentabilidade ambiental: respeitar os animais pode ser um bom negócio? *Rev. Adm. UFSM*, Santa Maria, v. 6, Edição Especial, p. 229-246.

SOUZA, Maria Cecília Galli. 2011. *Consumo sustentável de carne: um estudo exploratório da reação dos consumidores às informações sobre maus tratos com animais de produção*. Dissertação. 158f. Mestrado em Administração. Universidade Federal do Rio de Janeiro. COPEAD/UFRJ.

TREVISAN, Eduardo. 2013. *Eduardo Trevisan: aceitação dos consumidores é muito boa, porém, falta carne certificada no mercado*. Entrevista concedida ao site BeefPoint. Disponível em: <http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/entrevistas/eduardo-trevisan-aceitacao-dos-consumidores-e-muito-boa-porem-falta-carne-certificada-no-mercado/>. Último acesso em 04 de junho de 2016.

WOLFE, Cary. 2009. *What is Posthumanism?* Minneapolis: University of Minnesota Press.

WSPA. 2007. *Pecuária Industrial: Parte do Problema da Pobreza*. Rio de Janeiro: WSPA.